



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da primeira sessão ordinária de 2006 da Assembleia Municipal de Aljezur

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 24 de Fevereiro de 2006

INÍCIO: 21:00 horas

ENCERRAMENTO: 00:40 horas

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

Henrique Manuel Ramos Henriques, Dionísio Manuel Nifro da Silva, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Manuel Alberto Santinho Cristo, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, Sérgio Manuel da Silva Santos, Fernando Manuel Costa Rosa e Eliezer João Candeias

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 21:00 horas.-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA: – Foi lido o faxe do membro Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, de dezasseis de Fevereiro de dois mil e seis, informando que por motivos profissionais estará ausente do Concelho pelo que, não lhe é possível comparecer na presente sessão, solicitando a sua substituição.-----

Em sua substituição, foi empossada a Senhora Maria Catarina dos Reis Oliveira Águas de Matos, portadora do Bilhete de Identidade número onze milhões duzentos e cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e um, emitido em sete de Julho de dois mil e cinco, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – Foi presente a acta da sessão extraordinária realizada no dia vinte e um de Novembro de dois mil e cinco.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria com abstenção da Senhora Catarina Matos.-----

Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e cinco.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria com a abstenções dos Senhores Manuel Rosendo, Johannes Schydlo e da Senhora Catarina Matos.-----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número duzentos e três, de cinco de Janeiro de dois mil e seis, enviando acta das reunião da Assembleia Intermunicipal da Terras do Infante – Associação de Municípios, de vinte e dois de Novembro de dois mil e cinco.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número trezentos e trinta e sete, de nove de Janeiro de dois mil e seis, enviando cópia de ofício da Direcção de Estradas de Faro referente à ponte sobre a ribeira de Odeceixe.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número trezentos e trinta e oito, de nove de Janeiro de dois mil e seis, enviando cópia de acta da reunião do Conselho Directivo das Terras do Infante – Associação de Municípios, de vinte e nove de Setembro de dois mil e cinco.-----

– de Assembleia Municipal de Sines, ofício número quarenta e quatro, de treze de Fevereiro de dois mil e seis, enviando cópia de ofício enviado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aljezur sobre a “Carta de Desporto da Natureza”.-----

– de Associação Nacional de Municípios Portugueses, circular número dezanove, de quinze de Fevereiro de dois mil e seis, informando sobre actualização de informação sobre eleitos locais e contactos.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: – O Senhor Fernando Rosa disse que pretendia na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Odeceixe, explicar duas situações, uma justificar que por motivos profissionais não pôde estar presente na última sessão extraordinária, outra é que verificou com alguma tristeza e mágoa que no último sábado foi distribuído um boletim informativo pela CDU de Aljezur, e gostaria de saber se o Senhor Amílcar Duarte e o Senhor José António Duarte, elementos eleitos pela CDU, subscrevem ou não aquilo que é dito sobre a Freguesia de Odeceixe.-----

Disse que viu afirmações depreciativas, que em nada honram uma pessoa que há bem pouco tempo era convidada para fazer parte das suas listas, e agora utilizam todos os adjectivos possíveis e imaginários para denegrir um trabalho

extremamente valioso e positivo que a Junta tem feito.-----
Quando se fala em promiscuidade na Junta de Odeceixe ele pergunta, promiscuidade porquê? Se Junta tem tido uma dedicação extraordinária, cumpre, ouve as pessoas, faz a sua gestão na base da amizade, do convívio e tenta satisfazer todos. E quando se fala que abundam situações inaceitáveis, dá ideia que a Junta não tem rei nem roque, onde ninguém se entende, não tem estratégia definida, não organizam papéis e documentos.-----

Diz também que há pagamento de favores políticos, o Senhor Fernando Rosa disse que a Junta não paga favores políticos, nunca pagou, relativamente as pessoas carenciadas não é a Junta que atesta as pessoas carenciadas, as declarações são passadas nas finanças.-----

Considera as situações desagradáveis e tristes que se dizem a respeito da Junta de Freguesia de Odeceixe, disse que em trinta anos de democracia, a CDU esteve vinte e dois anos na Junta de Freguesia e praticamente nada foi feito, e que nunca ninguém o ouviu a apontar uma crítica ao executivo da CDU.-----

Aquilo que o boletim da CDU devia dizer, era aquilo que não disse, que quando foi para a Junta de Freguesia esta devia catorze mil contos à Caixa Geral de Aposentações na qual se fez um acerto para pagar durante um ano, também devia quatro mil contos a Urbiterrras, tinha um quadro ilegal, isso não foi obra do PS, nem do Presidente nem da sua equipa, são obras da gestão CDU. É extremamente deselegante, desumano e de uma baixeza total andarem a distribuir um documento destes.-----

Relativamente a outra situação apontada no referido boletim relativamente à sua pessoa e de pessoas próximas, disse não responder nesta Assembleia, mas futuramente a CDU irá responder noutro local.-----

O SENHOR ANTÓNIO MANUEL GUERREIRO LOPES PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.-

O Senhor Vítor Vicente perguntou sobre o andamento relativamente ao pavilhão das feiras e acima de tudo os acessos, se as questões do acesso já estão resolvidas.-----

E fez uma referência para se chamar a atenção ao Instituto de Estradas para não se enganarem com as placas de sinalização.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o projecto de execução está a ser feito e está previsto um outro acesso para além do existente e do pedonal ao lado do actual armazém da Câmara, esse acesso será a nascente. Está-se a avançar com o projecto de execução no sentido de avançar com o concurso logo que esteja pronto.-----

Em relação à colocação das placas, disse ter sido surpreendido com as mesmas, estando estas fora de escala.-----

Em relação à sinalização, disse que se está a desenvolver um projecto de unificação da sinalização comercial e turística no Município e que muitas daquelas placas irão ser retiradas. O Director de Estradas está ao corrente da situação e quando as placas estiverem todas colocadas vai assinalar todos os pormenores e comunicar-lhe no sentido de exigir a reparação em alguns casos.--

O Senhor Vítor Vicente disse que ao perguntar pelo acesso ao pavilhão das feiras a sua preocupação é que o acesso principal não seja feito pela rua do cemitério, que acha que deve ser de todo evitado por diversas razões.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o acesso principal será sempre por aí, mas há três acessos, um ao lado do armazém, outro será pela rua do cemitério e outro a nascente, o acesso de veículos mais pesados será sempre por este último.

Em caso de uma iniciativa de grande dimensão existem duas zonas de estacionamento, uma na zona do pavilhão que é pela rua do cemitério e a outra ao lado dos armazéns, haverá sempre uma divisão de acessos.-----

A Senhora Ana Santos questionou sobre a reparação da estrada nacional em

Aljezur, se é só a estrada ou se os acessos pedonais também vão ter alguma intervenção, visto o passeio está completamente irregular.-----
Perguntou ainda como vai ser organizado o trânsito com as futuras obras de remodelação do mercado e como vão ser as paragens dos autocarros.-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que como se sabe a reparação da estrada é uma obra do Instituto de Estradas, mas que já se tinha pedido inclusivamente ao Instituto de Estradas que se fizesse um projecto integrado de recuperação da estrada e do passeio, mas não o fizeram, vamos fazer um projecto para o passeio, que neste momento por causa da instalação de um PT vai ser preciso lançar um cabo, onde vai ter que se levantar aquilo tudo, logo aproveita-se para substituir a conduta da água que já é muito antiga.-----
Em relação ao mercado, o projecto prevê um acesso localizado nas traseiras daquele que existe, com um ligeiro aumento do estacionamento do outro lado, não tão grande como o previsto e até já autorizado pela reserva agrícola. À frente do mercado fica só zona pedonal, ficarão paragens definidas para os autocarros de um lado e do outro e haverá uma zona de circulação que será uma rotunda tipo aquela em São Teotónio quando se vira para a Casa Branca.-----
O Senhor Vítor Vicente perguntou sobre a cota em que vai ficar a estrada.-----
Senhor Presidente da Câmara disse relação a este assunto que se pediu à Junta de Autónoma que baixassem a cota da estrada e se não o fizessem, que não aumentassem sequer um milímetro.-----
A Senhora Catarina Matos disse que consta que na zona industrial da Feiteirinha foi atribuído um lote para a instalação de uma empresa que se dedica a resíduos hospitalares, gostaria que lhe confirmassem essa informação e em caso afirmativo, qual será a actividade que vai ser desenvolvida ali.-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que é uma empresa que recebe resíduos hospitalares, não de restos humanos das operações, estamos a falar de resíduos hospitalares como luvas e pensos que são simplesmente tendo em vista a eliminação de bactérias, depois vão para um aterro, os resíduos líquidos são encaminhados para um depósito onde vão ser recolhidos e transportados para uma unidade específica de tratamento.-----
Uma empresa destas para funcionar tem que ter uma série de certificações e vistorias de várias entidades e não se vê que isto seja, aliás pelo contrário, menos perigoso do que a estação de transferência de lixo que está lá ao lado, onde o lixo é descarregado a céu aberto com tudo aquilo que a gente não sabe o que lá vai.--
O Senhor Amílcar Duarte disse que lhe deixa um pouco a dúvida porque é que a empresa se vem instalar aqui, se grande parte desses resíduos não é produzida aqui, o método utilizado designa-se por autoclavagem e não é poluente.-----
Em resposta ao que foi dito pelo Senhor Fernando Rosa à sua pessoa, diz que o ataque que se refere como pessoal, obviamente que é uma crítica política, a um órgão, há pessoas que não gostam de ser criticadas e que depois são referidos valores éticos, acabando por deferir um ataque a pessoas que não estão aqui presentes para se defenderem de críticas políticas que são feitas.-----
Não há nenhuma crítica atribuída a nenhuma pessoa, há uma crítica a um órgão, ao funcionamento de um órgão e terminou com uma ameaça que as coisas vão ser tratadas em lugar próprio.-----
Em relação ao Município e ao mercado municipal a nossa posição é clara considera que toda a ocupação de terrenos da várzea deve ser evitada e que há alternativas, que construir o mercado ali não é a melhor opção, tem que se ter em consideração a questão das cheias.-----
Em relação ao parque de estacionamento a montante da ponte também crê que não é favorável, pois haverá um aumento de peões com risco de estes atravessarem a estrada.-----

Aquela passagem de peões que vai para aquele espaço da câmara que está a ser usada para churrasco do restaurante também não lhe parece boa ideia. Perguntou também como estão a correr as obras da piscina e qual o tratamento da água que a piscina vai ter.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse em relação ao mercado não haver nenhum projecto de ponte de peões, que isso é um projecto para a rua vinte cinco de Abril, em relação às piscinas a obra não está muito activa, pois está-se a substituir a linha de media tensão que atravessa o terreno e que impede a grua de trabalhar, quanto ao tratamento previsto para a água é basicamente ultravioleta com algum cloro, mas residual.-----

O Senhor Dionísio Silva disse estar já esclarecido que a questão que pretendia ser respondida quando pediu a palavra era em relação a empresa de resíduos hospitalares se esta tinha ou não emissão poluente. E que em relação ao projecto do mercado acha um projecto que não é grande, sendo interessante e bem enquadrado. Disse ainda que não podemos ficar presos a questão das cheias.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que acha importante intervir naquela zona e o que pode falar é sobre um projecto que viu em relação ao mercado que era um edifício cinzento com uma forma que nada tem a ver com aquela zona e que não tinha nenhum estacionamento para autocarros, quanto às cheias e que sabemos que o clima do Algarve é de ciclos, há ciclos de vários anos sem cheias e há anos com várias cheias e que chegou a ver duas e três cheias numa semana, as cheias têm que ser sempre consideradas.-----

O SENHOR JOSÉ MANUEL DOS SANTOS MARREIROS PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a intervenção política sobre o mercado é feita não numa questão concluída e tem vindo a merecer ajustamentos em função de algumas sugestões que têm sido feitas, achando desagradável falar sobre algo que não existe como projecto concluído, criando ideia daquilo que não é, de facto, o projecto como está ocupa um bocado da várzea de Aljezur para construir o acesso para o parque de estacionamento e não aumenta com a dimensão que foi dita e autorizada, porque já foram feitas alterações, o edifício não é acinzentado, foi a imagem apresentada pelo estudo prévio, hoje o edifício é branco como o que lá está, por isso não vê razão de se pôr o carro a frente dos bois, é um edifício grande para a escala da vila, é grande mas não é exactamente o que publicamente foi transmitido.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que foi positivo a intervenção da sua bancada e que procuram ajudar, no sentido da crítica contribuir para que aquilo seja melhor.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse ao Senhor Amílcar Duarte que este partiu do princípio que aquilo que viu era o que ia acontecer e que publicamente vieram dizer isso, disse que, se andou a ouvir as pessoas, os comentários, as sugestões e foi-se adaptando o projecto.-----

INTERVALO: - Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: - Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA REALIZAÇÃO DE ESCRITURA DE COMPRA E VENDA – CARLOS MANUEL DA LUZ CÂNDIDO – LOTE DEZANOVE - URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DA CRUZ: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Fevereiro de

dois mil e seis, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----
O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse estarmos perante uma postura municipal como figura no regulamento, o regulamento é aprovado pela Assembleia Municipal, a questão dos noventa dias está prevista pelo regulamento pode ser decidida e foi decidida pela Câmara Municipal, o que não foi ratificada e decidida pela Câmara Municipal foi a aplicação dos juros em relação a esses noventa dias, e tendo a Câmara Municipal decidido não se aplicaria, deverá a Assembleia Municipal tratando-se de um regulamento, ratificar esta deliberação da Câmara, porque se trata de habitação social e estamos perante uma situação de dificuldades económicas.-----
A Senhora Ana Santos disse que estas questões financeiras normalmente são porque a pessoa não conseguiu o empréstimo dentro do prazo.-----
O Senhor Amílcar Duarte disse haver várias situações destas que têm vindo à assembleia e perguntou se não valeria a pena alterar o regulamento.-----
O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que o regulamento está a ser alterado, estando a ser equacionado este e outros assuntos.-----
Posto à votação, foi assunto aprovado por unanimidade.-----
SAÍDA DO SENHOR JOSÉ ANTÓNIO DUARTE: - O Senhor José António Duarte informou que, por fazer parte dos órgãos sociais da Associação de Defesa do Património, iria sair da sala.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APROVAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO CULTURAL – OURO, À ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DE ALJEZUR: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Fevereiro de dois mil e seis, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----
O Senhor Vereador José Gonçalves disse julgar que todos os Membros da Assembleia conhecem o trabalho desta Associação ao longo destes dez anos tem vindo a desenvolver de forma exemplar e nas mais variantes e diversas iniciativas, desde os setecentos e cinquenta anos da comemoração da conquista do castelo, os quinhentos anos do foral de D. Manuel, o centenário da restauração do Concelho entre outras, publicações, trabalhos arqueológicos. Julga que é elementar justificar que se atribua esta medalha de mérito cultural grau ouro, mais a mais quando se faz dez anos de existência, pensa que a Associação de Defesa do Património reúne condições para a Assembleia Municipal poder atribuir esta medalha.-----
O Senhor Vítor Vicente disse não se querer limitar só a dizer que aprova e concorda, mas deixar uma palavra de grande reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por esta Associação, foi pena que o calendário não tenha sido possível ajustar para que nas comemorações dos dez anos que a Associação promoveu há bem pouco tempo, ter sido a altura propícia para entrega da medalha.-----
O Senhor Amílcar Duarte disse concordar com o Senhor Vítor Vicente e que fazia todo o sentido atribuir esta medalha, a Associação de Defesa do Património é um bom exemplo numa época em que as associações, muitas delas, têm pouca actividade e dificuldade devido à vida de hoje.-----
É de louvar o facto de haver uma Associação que tem uma actividade grande no Município em prol do Município.-----
O Senhor Vereador José Gonçalves disse estarmos seguramente de uma forma indirecta a atribuir a medalha também àquelas pessoas que tem contribuído com a Associação, e que uma data importante será também no dia vinte e nove de Agosto, o dia do feriado Municipal.-----
A Senhora Presidente da Mesa frisou que é de louvar o trabalho que esta

Associação tem feito em prol de todo o património histórico, cultural deste concelho, tem feito um bom trabalho e que é conhecido a nível nacional e internacional.-----

O Senhor Manuel Rosendo disse que ao mesmo tempo que se está a atribuir uma medalha à Associação de Defesa do Património de Aljezur com a qual concorda inteiramente, agora a Associação venha a ser criticada por uma força política por esta não fazer uma intervenção, nomeadamente, quanto ao mercado municipal.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que nenhuma entidade por mais mérito que tenha deixa de lhe ser apontada esta ou aquela crítica, a crítica que lá é feita é uma crítica que não é de actuação, enfim é chamar a atenção para um aspecto que não crê que haja nenhuma contradição entre o mérito da Associação e alguma coisa que se possa criticar ou diria que não é uma crítica, mas sim uma chamada de atenção.-----

Posto à votação, foi assunto aprovado por unanimidade e aclamação.-----

O SENHOR JOSÉ ANTÓNIO DUARTE VOLTOU NOVAMENTE A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.--

PONTO NÚMERO TRÊS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE MOÇÃO SOBRE VIAS DE COMUNICAÇÃO: – Pelo Partido Social Democrata foi apresentada uma moção sobre este assunto.-----

O Senhor Manuel Cristo em nome do Partido Socialista fez a seguinte intervenção:-----

“Por variadíssimas vezes aprovou esta Assembleia Municipal propostas acerca das vias de comunicação que servem o nosso Município.-----

Mais recentemente na Assembleia Municipal de Novembro de dois mil e cinco, ou seja, há apenas cerca de três meses, foram aprovadas pela Assembleia Municipal de Aljezur, duas Moções, uma apresentada pelo PS, outra pela CDU, que no fundamental, mais uma vez identificavam o assunto e reclamavam a resolução célere do mesmo, isto a propósito do Orçamento de Estado do ano em curso.-----

Tanto nas moções do passado como nas mais recentes, atrás citadas, sempre esta Assembleia Municipal tem defendido a construção de um Itinerário Principal, constitui naturalmente uma grande surpresa quando há apenas três meses defendia a construção de um Itinerário Complementar.-----

Face ao exposto não se nos afigura que estejamos em presença de uma conduta politicamente correcta por parte desta Assembleia estar agora a subscrever a construção de um IP sem que tenha sido apresentada qualquer justificação credível do ponto de vista técnico que leve este Órgão a alterar a sua opinião de um dia para outro quando sempre defendeu a construção do IC quatro, que como se sabe tem merecido o alheamento político dos sucessivos governos e maior alheamento merecerá se passarmos agora a defender a construção de um IP.-----

Nestes termos a bancada do PS, consciente da necessidade de uma via alternativa à EN cento e vinte não pode desdizer hoje aquilo que sempre afirmou e mais recentemente reafirmou.-----

Parece-nos assim que esta Moção do PSD enferma de um lapso de redacção ao referir-se a um IP, ou então, trata-se apenas de um mero exercício de protagonismo e necessidade de demarcação da agenda política, através de uma proposta sem qualquer sustentação técnica, como já atrás referimos, e que contradiz posições sempre subscritas pela bancada do PSD nesta Assembleia.-----

Contudo, a bancada do PS, acreditado que o PSD se enganou ao referir a construção de um IP, quando quereria referir IC, propõe-se votar favoravelmente a proposta, embora a considere redundante pelo que atrás fica demonstrado, desde que seja corrigida de forma a reclamar a construção do IC quatro.-----

Caso o PSD não aceite esta nossa sugestão votaremos contra a mesma, constituindo este documento a justificação do nosso voto.”-----

O Senhor Vítor Vicente começou por dizer que quando se referem a uma moção que foi aprovada, apresentada e que julga que votaram favoravelmente em Novembro que tinha a ver com a estrada cento e vinte e não com a IC quatro, têm sido tomadas várias posições sobre o prometido IC quatro que infelizmente até ao momento não foi concretizada.-----

Quer dizer que não foi por lapso e nem aceita que seja falta de conduta política ter pedido para Aljezur um itinerário complementar, não lhe parece descabido, não foi por lapso, foi de uma forma convicta que fizeram e estão dispostos a lutar.-----

Quiseram trazer este assunto a Assembleia Municipal quando se está numa fase de análise de apreciação do PROTAL que em termos de vias de comunicação a única referência que tem é uma estrada panorâmica e faz referência a uma variante de Aljezur no suspenso, por este instrumento de planeamento que o Governo se prepara para impor. Já se esqueceram daquilo que tinham prometido que era a IC quatro.-----

Julga que não se pode baixar os braços e exigir aquilo que temos direito porque nos tempos que correm é fundamental termos boas vias de comunicação para o nosso desenvolvimento.-----

O Senhor Manuel Cristo em resposta ao Senhor Vítor Vicente, disse que não se falou só sobre a estrada nacional cento e vinte, que entre outras coisas que se reclamou para o Concelho, obras fundamentais como o castelo de Aljezur, Portinho do Forno, Porto da Arrifana, Barragem das Cercas, Quartel da GNR, colusão e repavimentação da estrada cento e vinte, IC quatro, Pousada da Juventude, mas aprovamos isso em Novembro.-----

Temos que ser realistas e credíveis, temos que saber o que pedimos se nós queremos a IC quatro e pedimos uma IP, não é o caminho correcto, há três meses exigimos o IC quatro e agora queremos um IP.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a questão não pode ser colocada desta forma, não foi só no ano passado, tem sido ao longo de muitas Assembleias Municipais que se tem defendido a construção do IC quatro e não outra via, não vê a razão e a fundamentação para de um momento para o outro hastear a bandeira do IP e não um IC.-----

Se vamos com uma proposta destas, agora se queremos um IP, ficamos desacreditados, sem força e do ponto de vista de intervenção política do Município ela fica enfraquecida, isto é sério faz todo o sentido que se defenda o IC quatro.-----

O Senhor Dionísio Silva disse que não sabe como se têm votado estas questões ao longo dos anos, que não vê mal que o Concelho se reúna em torno dum IP ou dum IC, não vem mal nenhum pedir mais e melhor para o Concelho, agora se os processos são complexos que podem atrapalhar todo um sistema não sabe, mas não acha que Aljezur ficasse prejudicado com um IP.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que é preciso ter em conta também o plano rodoviário aprovado que não muda de um dia para o outro, é um plano que prevê a IC quatro, o IC vinte e sete que já está muito avançado como se sabe.-----

Não diz que um IP seja melhor mas um IC será muitíssimo bom para Aljezur, e que não devemos avançar com pospostas que nos prejudiquem.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que esta questão introduz mais uma discussão, que não tem a certeza se necessitamos de um IP, teria de ser discutido. O que diz é que se tem que ter em consideração que a construção de uma via destas acarreta quase sempre resistência por grupos ambientalistas e particularmente nesta zona com a construção do IC, está convencido que vai haver resistência na

mesma, daí que apela que a bancada do PSD não pusesse à votação esta moção como está feita, que pusesse como IC na medida que merecia a concordância das bancadas e deixar a questão do IP para outras núprias.-----

Acha que aprovar uma coisa como o IC pode ser repetitivo mas vale a pena continuar a batalhar, estaria de acordo com o plano rodoviário aprovado e portanto não estaríamos a inventar nada.-----

O Senhor Manuel Cristo disse que não está de acordo que o IP seria melhor que um IC que acha que são iguais, desde que se adaptem às características, que acha que se deve fazer força é pelo IC.-----

O Senhor Manuel Rosendo disse que devemos ser firmes com aquilo que queremos, o facto de termos direito a pedir mais, agora conseguir é que não, o previsto no plano rodoviário é um IC é isso que precisamos.-----

O Senhor António Lopes disse que sempre ouviu falar no IC4, não faz sentido levantar-se a questão do IP visto o que nos foi atribuído no plano rodoviário foi o IC, se vamos agora pedir um IP eles vão achar que não queremos o IC.-----

O Senhor Fernando Rosa disse que concordava com o que foi dito pelo Senhor Manuel Cristo e pelo Senhor Presidente da Câmara, ainda há tão pouco tempo se falou no IC e pensa que é uma forma de credibilizar a Assembleia, acha que nesta matéria deve haver uniformidade em termos de exigências.-----

Acha que se não temos um IC ou um IP é porque até hoje não houve vontade política. O que nunca fizemos e devíamos fazer era um dia destes nos juntarmos todos e fazer um corte de estrada, se calhar aí termos algum feedback positivo. Em relação ao IC4 e outras matérias acha que vai chegando a altura de dizer basta a nível de moções e tomar medidas mais práticas e revolucionárias.-----

O Senhor Vítor Vicente disse estar um pouco surpreendido, respeita a opinião mas está surpreendido com o comodismo que reina, há vinte anos quando foi feito o plano rodoviário nacional o IC quatro era razoável.-----

O que vê que possa ter algum fundamento é dizer que existe um plano rodoviário aprovado com o IC quatro, não vê mais nenhum, para o IC quatro não há traçado, não há dinheiro não temos nada.-----

Passou o prazo de validade do IC quatro e sinceramente acha que Aljezur e toda esta faixa do território tem direito a ter uma via de comunicação com condições para que as pessoas possam circular e fazer escoar os seus produtos.-----

Passados todos estes anos devemos querer melhores condições, e se temos de ter habitats para conservar um conjunto de coisas, que temos de ter PROTAL, então que nos dêem contrapartidas, é tempo de exigir, é tempo de nos adaptarmos aos tempos de hoje e dizer ao Governo que passou o tempo que tiveram para fazer o IC quatro e que o que queremos agora é um itinerário principal.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse concordar com o Senhor Fernando Rosa que um dia destes se tem de fazer um corte de estrada ou tomar qualquer medida que realmente tenha impacto, que chame cá a televisão, que permita alterar a situação.-----

Acha que o Senhor Vítor Vicente devia ceder e alterar a letra da moção para que esta seja aprovada por unanimidade na Assembleia e seria uma vitória nossa e do Concelho, e essa discussão do IP deixaríamos para outra altura, porque se introduzirmos a questão do IP, ele próprio introduziria outra, porque preferiria ter um IC e rede ferroviária, que é um transporte que merece ser privilegiado e ser um transporte do futuro, não quer com isto dizer que defenda, mas seria bom discutir isso e ouvir técnicos sobre essa matéria.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que para pedir um IP tem de haver uma sustentação do ponto de vista rodoviário que justifique isso, se tivéssemos o IC quatro não estaria aqui ninguém a pedir um IP.-----

Temos de ter o bom senso de ver que um IP não pode servir uma população com

dez, quinze ou vinte mil pessoas e não seja apenas para servir as pessoas que vêm de Lisboa para Lagos.-----

Imaginemos que esta Assembleia aprovava uma moção para construir uma IP, naturalmente que a Câmara ficava vinculada à defesa desta tese e imaginem agora o Presidente da Câmara ir junto a um membro do Governo dizer que agora queremos uma IP, isto tem de ter sustentado, para termos argumentação do ponto de vista político.-----

A Senhora Presidente da Mesa questionou o Senhor Vítor Vicente se quer alterar, visto que num passado muito recente se tem falado tanto no IC, diz ser a favor do desenvolvimento e que se temos debatido o IC deveríamos continuar a exigir o que não foi feito, perguntando se altera ou não a letra de IP para IC.----

O Senhor Vítor Vicente disse que tudo o que disse foi de forma convicta, fica com alguma preocupação do que ouviu, que acredita em absoluto em tudo o que disse e acha que é tempo de defendermos um itinerário principal, temos de nos deixar de contentar com pouco.-----

Naturalmente, que também acha que era mau para o Concelho, não para os proponentes da proposta, mas para o Concelho não haver consenso nas questões fundamentais que reivindicamos para o desenvolvimento da terra, e como tal fica receptivo a esse consenso e espera que essa mesma sensibilidade possa haver noutras pessoas, agora começa a sentir que há uma grande preocupação por cada proposta que não venha da bancada do PS, que há aqui um trabalho que se faz para arranjar alguma argumentação para dizer que isto não pode ser.-----

Em nome do consenso, os subscritores aceitam alterar o termo IP por IC, em nome do consenso e em nome da unanimidade.-----

A moção ficou com a seguinte redacção:-----

“VIAS DE COMUNICAÇÃO.-----

Tendo em conta que as via de comunicação são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer território.-----

Encontrando-se o nosso apenas servido por vias rodoviárias antigas, e na sua maioria em bastante mau estado d conservação, pouco convidativas para que os empresários aqui se instalem desenvolvendo a indústria e o comércio e trazendo os necessários investimentos, criando nichos de desenvolvimento que conduzam ao aumento da população e conseqüentemente para a riqueza do Concelho.-----

Sabendo que a circulação de bens e serviços é factor fundamental para a viabilidade das empresas e para a melhoria da produtividade, bem como, para o desenvolvimento do turismo, que pretendemos de qualidade, é de suma importância garantir acessos rodoviários condignos.-----

É com certamente considerando a importância para o desenvolvimento de boas e modernas vias de comunicação que o Governo aposta nos projectos da Ota e do TGV, seria descabido que esses projectos não tivessem conseqüências nas acessibilidades ao restante território.-----

Pelo que propomos:-----

Exigir ao Governo a urgente construção de uma nova Via de Comunicação com traçado de Itinerário Complementar (IC), a ligar a A vinte e dois do seu terminus em Bensafirim com a ligação à A dois.-----

Dê-se conhecimento desta Moção ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a todos os grupos Parlamentares das Assembleia da República, ao Senhor Governador Civil do Distrito de Faro, à Assembleia e Junta Metropolitana do Algarve, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, à Câmara Municipal de Aljezur e aos Órgãos de Comunicação Social.-----

Aljezur, dezanove e Fevereiro de dois mil e seis.-----

Os Membros da Bancada do PPD/PSD.-----
Vitor Manuel da Encarnação Vicente, Ana Santos e Catarina Águas de Matos.“---
Posto à votação, foi assunto aprovado por unanimidade.-----
O Senhor Manuel Cristo disse que a bancada do PS está satisfeita pela posição tomada pela bancada do PSD, pensa que é uma posição de maturidade e do interesse pelo desenvolvimento e defesa do Concelho, estando também satisfeito pela posição assumida pelo Senhor Amílcar Duarte.-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que fica satisfeito e acha que é isso que serve os interesses do Concelho, mas que fica com a curiosidade por haver uma proposta para um IP e perceber o porquê de um IP Bensafrim/Sines.-----
O Senhor Vitor Vicente disse com ligação a Sines e depois a A dois, num raciocínio do investimento que lá vai haver..-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA SOBRE A REDE NATURA DOIS MIL:

– A Senhora Presidente da Mesa disse que o documento em apreciação é do conhecimento de todos, foi um documento elaborado em conjunto com a Câmara Municipal e alguns elementos da Assembleia que compõe a comissão nomeada para o efeito.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que este documento justifica uma série de situações que nos afectam, é um documento activo que não se limita a dizer que não concordamos, faz propostas de compromissos para que algo se faça nestas áreas protegidas e abrangidas.-----

Propôs que onde se diz “junto da comunicação social” se alterasse para “junto de fazedores de opinião na comunicação social”, porque há pessoas que fazem artigos de opinião que não são assíduos articulistas, mas são fazedores de opinião, porque “junto da comunicação social” estava-se quase a dizer que é a comunicação social que tem programa editorial não é isso, são aquelas pessoas que lá escrevem, nós queremos pôr isso na comunicação social, a comunicação social tem muitas vezes publicado coisas a nosso favor.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse estar de acordo com o documento, de uma forma geral, acha que deveria ter-se feito uma síntese visto que ficou bastante extenso. O documento a ser aprovado é o seguinte:-----

“A REDE NATURA 2000 E OUTRAS CONDICIONANTES AO USO DO TERRITÓRIO-----
O Município é uma realidade na administração territorial que resulta da Constituição da República Portuguesa.-----

Não surpreende assim, que, ao mesmo, lhe sejam cometidas atribuições e competências relativas à sua organização administrativa e territorial, bem como à execução de políticas nas mais diversas áreas, que contribuam para a satisfação das necessidades de desenvolvimento social das suas populações.-----

Ao Estado compete igualmente desenvolver políticas de âmbito nacional que conduzam igualmente ao bem estar social dos cidadãos.-----

As políticas do Estado, porque dirigidas aos cidadãos, devem proporcionar a todos, independentemente do seu local de residência, igualdade de oportunidades.-----

Contudo resulta de muitas iniciativas do Estado que, por força de diversos factores, as oportunidades e o direito ao desenvolvimento económico e social, é restringido em função de interesses específicos, supra municipais e supra regionais.-----

O interesse público de diversas políticas constitui assim motivo para que nem todos os cidadãos possam dispor de iguais oportunidades, mesmo quando detentoras de um património privado semelhante ou detentoras de interesses directos similares no desenvolvimento da terra onde residem.-----

Os Municípios, por força das responsabilidades que têm no desenvolvimento

social e económico do seu território, têm de beneficiar num patamar de igualdade com outros, das mesmas oportunidades.-----
É um direito que detêm e que lhes é concedido pela Constituição!-----
O interesse público nacional e por vezes, também europeu, constitui argumento para que, sejam impostas restrições e condicionamentos em determinadas parcelas do território.-----
É o caso das políticas relativas à conservação da natureza e da biodiversidade e do património natural.-----
Essas políticas conduzem à adopção de medidas restritivas que condicionam o uso do território em termos urbanísticos, turísticos e de lazer e impõem igualmente a forma como devem ser conduzidas as actividades económicas.-----
São restrições e proibições sucessivas que se impõem sem que nunca se tenha feito um estudo que possa identificar qual o impacte dessas medidas no desenvolvimento económico e social dos territórios abrangidos. As necessidades específicas das populações são assim sacrificadas ao interesse público da conservação da natureza.-----
Aos Municípios abrangidos por essas políticas restritivas é lhes assim vedado, em grande parte, o exercício das competências e atribuições que resultam da Constituição, nomeadamente as referentes à gestão do território e ao desenvolvimento económico e social.-----
Embora sustentado no interesse nacional e europeu, o Estado não pode, de ânimo leve, impor políticas que beneficiam o País e a Europa, com prejuízos que afectam legítimas competências e atribuições municipais e legítimos direitos e aspirações dos cidadãos à melhoria das suas condições de vida, por muito poucos que sejam.-----
Mais grave é quando as comunidades afectadas pelas limitações de hoje se encontram entre aquelas que já foram esquecidas no passado e que por isso apresentam índices de desenvolvimento inferiores à média europeia e à média nacional.-----
É da mais elementar justiça que, quando, por interesse público são prejudicados ou condicionados direitos universais seja dos cidadãos seja dos Municípios, não aplicando a outros as mesmas medidas, que o Estado compense, aqueles que são sacrificados ao interesse nacional.-----
Contudo, as políticas que têm vindo a ser seguidas relativas à conservação da natureza da biodiversidade e do património natural, têm tido uma matriz única – proibir, condicionar e restringir o uso do território e as actividades humanas.--
Diga-se, em abono da verdade, que conservar não deixando fazer nada, não é um exercício de grande dificuldade política, técnica ou científica. Isso, qualquer um pode fazer, por iletrado que seja.-----
Difícil mesmo, mas necessário, é conservar e ao mesmo tempo proporcionar condições e oportunidades de desenvolvimento nos territórios objecto dessas medidas de “conservação”.-----
O caso do Município de Aljezur é paradigmático relativamente a esta matéria.---
Quase oitenta por cento do seu território está inserido na Rede Natura dois mil, cerca de um terço é Parque Natural e temos ainda de acrescentar outras condicionantes legais como a RAN -Reserva Agrícola Nacional e a REN -Reserva Ecológica Nacional.-----
Nestes termos, dos trezentos e vinte quilómetros quadrados do território do Município de Aljezur, apenas as áreas urbanas têm uma gestão estritamente municipal. No restante território é basicamente o Ministério do Ambiente que determina as regras do seu uso urbanístico e até económico, sendo essa intervenção caracterizada por uma política baseada numa única palavra – proibir.-----

Naturalmente quando, desde mil novecentos e oitenta e oito, os valores do interesse público da conservação da natureza, se tornaram imperativos neste Município, esperava-se igualmente que esse interesse público servisse os legítimos direitos ao bem estar e desenvolvimento económico e social das populações locais.-----

Infelizmente assim não foi e nem mesmo o interesse público da conservação da natureza foi salvaguardado.-----

De então para cá, a conservação da natureza, tem sido garantida com uma única política – a publicação de uma panóplia de normativos legais, sem quaisquer acções concretas no terreno.-----

Nestes termos, quando nem mesmo a conservação da natureza tem merecido quaisquer iniciativas visíveis, o que se dirá das políticas conducentes ao desenvolvimento local, explícitas em muitos desses diplomas legais? Um vazio total!-----

Mas como o tempo não pára, a conservação da natureza e da biodiversidade e a manutenção de amplos espaços naturais intocáveis, assume hoje uma preocupação política ainda mais exacerbada e a isso não é estranho o facto, igualmente político, de ser uma matéria que tem um universo enorme de adeptos junto dos cidadãos urbanos e junto de alguns fazedores de opinião na comunicação social.-----

Por outro lado encontra igualmente mentores políticos de peso junto das instituições europeias as quais, fruto do desenfreado desenvolvimento económico, viram reduzida ao mínimo, grande parte da biodiversidade e dos espaços naturais da União Europeia.-----

É legítimo e até compreensível que a União Europeia tenha agora preocupações nesta área e que Portugal tenha de cumprir com as directivas comunitárias.-----

O que não é legítimo e nem admissível é que essas políticas europeias e nacionais se fiquem apenas pela publicação legislativa, sem medidas no terreno e acima de tudo que essas políticas sacrifiquem territórios e populações sem qualquer compensação.-----

São incontabilizáveis os prejuízos causados ao desenvolvimento local e aos residentes, que vêm o seu território “expropriado” e que se vêm igualmente obrigados a desenvolver nos seus terrenos apenas aquilo que o Estado lhes obriga.-----

Não podem desenvolver projectos turísticos rentáveis, como noutras regiões do país, porque isso prejudica os valores naturais. Não podem fazer agricultura intensiva porque isso prejudica igualmente os valores naturais. São condenados a uma agricultura tradicional sem rentabilidade, sem apoios específicos e sem possibilidades de beneficiar de tecnologias economicamente mais favoráveis. Não podem beneficiar de infraestruturas importantes como vias de comunicação rápidas porque isso prejudica os valores naturais. Etc, etc, etc.-----

A protecção dos valores naturais, constitui assim motivo justificado para o Estado se abster de investir em determinadas infraestruturas. Os investimentos do Estado através do PIDDAC são uma miragem para Aljezur.-----

Igualmente muitos projectos de iniciativa privada, que noutros locais seriam apoiados por fundos da União Europeia, aqui não se podem implementar. É também a União Europeia que poupa!-----

Uma Área Protegida é assim um território que não causa problemas às contas públicas, nem dores de cabeça ao responsável pelas finanças do Estado.-----

Contudo têm sido muitos os responsáveis governamentais, que ao longo dos anos têm publicamente e até em diplomas legais, subscrito que por força das restrições ambientais têm de ser facultadas compensações e criadas medidas de discriminação positiva para os territórios das áreas protegidas.-----

Não são essas boas intenções que têm alimentado o desenvolvimento local. Nunca se passou das palavras aos actos.-----
Até nas questões que têm a ver com os mais elementares direitos dos cidadãos, como a saúde, não se conseguiu, não dizemos melhor mas pelo menos igual, dar atenção às gentes de Aljezur.-----
Ter médico e cuidados de saúde minimamente dignos em Aljezur, não é um direito, é um acaso da sorte e nem mesmo essa nos tem sorrído.-----
Estamos pois perante um território “amordaçado”, esquecido pelo Estado e refém das políticas da União Europeia, que tem apenas um actor no palco do seu difícil desenvolvimento- a autarquia local.-----
No esteio das políticas conservacionistas e limitadoras do uso do território, estão agora em discussão dois documentos da maior importância para o futuro de Aljezur. São o Plano Sectorial da Rede Natura dois mil e a revisão do PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território.-----
A primeira reacção que esses documentos nos suscitam, é medo.-----
Medo porque ambos apontam para mais proibições, para o reforço dos condicionamentos ao uso do território e ao desenvolvimento das actividades económicas.-----
Medo também porque indiciam uma clara e continuada desresponsabilização do Estado em investir neste trecho de trezentos e vinte quilómetros quadrados do país.-----
As questões colocam-se agora ao nível do pormenor, de tal forma que o Plano Sectorial da Rede Natura dois mil, vem determinar onde os agricultores devem fazer agricultura de sequeiro ou de regadio, onde devem pôr o gado a pastar ou onde devem semear ou plantar esta ou aquela espécie.-----
Este Plano, parece mentira mas não é, condiciona inclusivamente o regadio no Perímetro de Rega do Mira.-----
Neste cenário não será de esperar facilidades quanto ao desenvolvimento urbano ou turístico, porque o mesmo é condicionado igualmente. Condicionar é a palavra mais utilizada no Plano Sectorial da Rede Natura dois mil, mas entenda-se que é a forma mais simpática de dizer – proibir.-----
Para além de condicionar (proibir) o desenvolvimento urbano e turístico, este Plano vai ao extremo de subscrever que alguns espaços urbanos têm de ser classificados como espaços rurais.-----
Sendo extremamente penoso e burocrático desenvolver qualquer projecto neste território face a critérios de rigor ambiental, vem agora o Plano Sectorial da Rede Natura dois mil, aumentar os níveis de exigência, alargando o âmbito dos Estudos de Impacte Ambiental ou Estudos de Incidências Ambientais a outros projectos, tais como a construção de estradas municipais ou a um inofensivo parque de campismo rural, onde, legalmente só se podem instalar trinta tendas ou mesmo a substituição de mais de cinco hectares de eucaliptos (que deveria ser aplaudida) por uma cultura de outro tipo, está sujeita ao rigor de estudos ambientais. Convenhamos que pouco falta para se exigir estudos semelhantes para construir um galinheiro!-----
Os agricultores de Aljezur não podem ter ilusões quanto a “modernices” agrícolas!-----
Por tudo o atrás exposto é legítimo que estejamos assustados e revoltados.-----
Com o Plano Sectorial da Rede Natura que iremos ter, com o Parque Natural que temos e ainda com a RAN e com a REN, o território deste Município será definitivamente “expropriado” em benefício do interesse público nacional e europeu e ao mesmo tempo “aliviado” de investimentos públicos e privados relevantes, não sendo aqui o espaço adequado para aplicação de uma citação extraída da nova proposta de PROT – “O desenvolvimento económico, mais

concretamente a criação de riqueza, é essencialmente resultado da acção directa dos agentes privados”. -----
Parece que a União Europeia e o Estado lançaram uma OPA sobre este território, oferecendo 0 €(zero) por acção.-----
É injusto que nos soneguem o direito ao desenvolvimento económico!-----
O interesse nacional e europeu da Costa Vicentina é apenas prioritário nas restrições! A história mais recente assim o confirma.-----
Políticas do passado e do presente fizeram com que Aljezur e outros municípios do interior do Algarve não atingissem os elevados níveis de desenvolvimento do litoral, pelo que há que ter o bom senso e a lucidez suficiente para “dar a volta” a esta proposta de Plano Sectorial da Rede Natura dois.-----
Sentimos que mais uma vez vamos ficar para trás, aliás, definitivamente para trás, e que vamos igualmente ser usados a troco de altos valores de interesse nacional e europeu sem que disso tenhamos qualquer contrapartida.-----
Este é um apelo derradeiro que fazemos a todos os responsáveis da administração do Estado, sob pena de se estar a contribuir para a “fossilização” de um território, onde vivem pessoas, que têm filhos e que ainda acreditam que estamos num país e numa Europa solidária e atenta.-----
As políticas que nos impõem ao ordenamento do território, apenas favorecem a manutenção do estatuto de pobreza, através de propostas conservacionistas e restritivas que conduzem a um determinado tipo de desenvolvimento, sem que, do ponto de vista económico seja devidamente justificado e quantificados os impactes positivos no desenvolvimento local. O que nos propõem é efectivamente um modelo de desenvolvimento não testado, fazendo deste território (ao longo de tantos anos) uma “mesa de operações”, onde não faltam cobaias (residentes) para tão peregrinas propostas.-----
Contudo, essas políticas são totalmente ausentes de iniciativas pro-activas, de propostas concretas de solucionar carências locais, como infraestruturas e de que é exemplo mais marcante o caso do Vale da Telha, que se arrasta na burocracia da administração do Estado, desde mil novecentos e noventa e um.---
É assim a continuação de décadas de ausência de investimentos relevantes por parte do Estado a que se juntam agora ainda mais graves limitações ao investimento privado.-----
Com este PROT, com a Rede Natura e o seu Plano Sectorial, com a RAN e com a REN, os trezentos e vinte quilómetros quadrados do Município de Aljezur serão definitivamente um território “congelado”. Uma Reserva Total para a Europa e para o País, onde nem os proprietários serão donos das suas terras.-----
É a política de um País, dois sistemas. Para uns um território com economia planificada por restrições ao seu uso e para outros todas as virtudes da economia liberal. Não é justo!-----
Não procuramos privilégios especiais para a nossa terra e para os nossos cidadãos, e nem queremos destruir os valores naturais que temos pois podemos com eles conviver, num clima de desenvolvimento que compatibilize a economia, o ambiente e o desenvolvimento social.-----
Procuramos essencialmente que a administração do Estado tenha sentido de justiça e que faça cumprir os direitos constitucionais que assistem a este Município e aos seus cidadãos.-----
Não queremos que Aljezur siga os passos do desenvolvimento à custa da perda dos valores naturais que teve lugar noutras paragens, tanto no plano nacional como europeu.-----
Não queremos seguir o tipo de desenvolvimento que tiveram as terras daqueles que nos impõem a nós o atraso.-----
Queremos sim um desenvolvimento sustentável, de acordo com aquilo que tem

sido o discurso político mais avançado nesta matéria.-----
Um desenvolvimento que respeite os valores naturais mas que contemple a viabilidade das actividades económicas e as necessidades de equidade social.-----
Porém, esse modelo de desenvolvimento não se consegue através de sucessivas proibições mas sim através de medidas pro-activas que discriminem positivamente as actividades económicas compatíveis com o ambiente, que contribuam decisivamente para aumentar os níveis de desenvolvimento infra estrutural, para o desenvolvimento de tecnologias limpas e para a satisfação das necessidades sociais da população.-----

Neste sentido é um erro estratégico avançar com iniciativas condicionadoras do desenvolvimento local para este território sem acolher os contributos deste município (aqui abundantemente explanados) e das populações.-----

POR UMA REDE NATURA DOIS MIL AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL-----

As áreas abrangidas pela Rede Natura dois mil, coincidem na maioria dos casos com territórios deprimidos, sem actividade económica e empresarial relevante e que ao longo de décadas viveram de actividades agrícolas rudimentares e de subsistência. Eram territórios pobres e continuam pobres por força da inexistência de investimento público e fraca dimensão empresarial. A falta de investimento contribuiu assim para a desertificação humana através da migração e emigração. A estagnação económica levou assim à manutenção de espaços naturais, hoje classificados como Rede Natura dois mil.-----

Temos património natural à custa do abandono económico e da concentração de recursos financeiros do Estado nos grandes centros urbanos. Património natural abandonado e degradado e uma população envelhecida e pobre.-----

Porque a voracidade do desenvolvimento incontrolado destruiu a biodiversidade por toda a Europa, pretende-se agora, com a Rede Natura dois mil, "esmagar" novamente os espaços que sempre foram abandonados pelos poderes políticos nas suas opções de investimento e desenvolvimento, através da "fossilização" do território e das actividades económicas e à custa das populações residentes.-----

A Rede Natura dois mil, as Áreas Protegidas e outras Áreas classificadas têm de se constituir como espaços desenvolvidos, onde as populações desfrutem de níveis de qualidade equiparados às áreas mais desenvolvidas do país e onde, acima de tudo essas populações se identifiquem e colaborem na preservação dos valores em causa.-----

Hoje o desenvolvimento de certas acções nos territórios da Rede Natura dois mil e Áreas Protegidas, obrigam à execução de estudos de impacte ambiental. Contudo na demarcação da Rede Natura dois mil e na classificação de áreas protegidas, nunca se avaliou o Impacte Social que essas medidas iriam ter junto das actividades económicas e das populações e nunca se ponderaram medidas compensatórias às restrições impostas ao uso do território. O resultado é o que sabemos: autarquias descontentes e populações adversárias das Áreas Protegidas e Rede Natura dois mil.-----

A conservação da biodiversidade, da Rede Natura dois mil e das Áreas Protegidas, está condenada ao insucesso se não houver envolvimento das populações e autoridades locais.-----

São conhecidas algumas medidas legislativas que sublinham a concessão de discriminações positivas e apoios ao desenvolvimento local, para os espaços que integram restrições ao uso do território, por força da sua inclusão na Rede Natura dois mil e Áreas Protegidas. São disso exemplo a Resolução de Conselho de Ministros número cento e dois barra noventa e seis, de oito de Julho, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional de Conservação da

Natureza e da Biodiversidade, o diploma que criou a Parque Natural do Sudoeste Alentejano Costa Vicentina, etc. Contudo, nunca as populações locais nem os municípios beneficiaram de qualquer discriminação positiva ou compensação.----- Está mais uma vez a funcionar o esquecimento por territórios há décadas abandonados e agora mais gravemente condicionados por restrições ao seu uso.---- Naturalmente que ao alheamento do Estado por estes territórios não é desprezível o facto de nestes territórios residirem escassas populações, sem poder de lobby e sem expressão eleitoral. É a marginalização das minorias.-----

Refere uma comunicação da Comissão Europeia que "A protecção da biodiversidade através da Rede Natura dois mil pode proporcionar benefícios sociais e económicos significativos. Os benefícios económicos são os que podem resultar de serviços ligados aos ecossistemas (por exemplo, a purificação de água, a protecção do solo contra a erosão), do fornecimento de produtos alimentares e de produtos de madeira bem como actividades no próprio sítio ou com eles relacionadas, tais como o turismo, a formação e o ensino, e ainda da venda directa dos produtos dos sítios da Rede Natura dois mil. Os benefícios daí resultantes, em termos de rendimento e emprego a nível local, bem como, a nível mais amplo, em termos de desenvolvimento regional, podem ser consideráveis. Os benefícios sociais podem incluir um aumento de oportunidades de diversificação e de emprego, para os habitantes locais, com consequente reforço da estabilidade económica e melhoria das condições de vida; a defesa do património cultural (e natural); e oportunidades em termos de educação ambiental e de lazer, saúde e recreio"; "Uma apreciação global do conjunto de benefícios, condicionalismos e compromissos permite mostrar como um sítio da Rede Natura dois mil se pode transformar num motor de desenvolvimento sustentável, para a economia local, e contribuir para sustentar as comunidades rurais locais".-----

Sem prejuízo do carinho com que se subscreve esta tese de desenvolvimento, a mesma carece de elementos essenciais para a sua fundamentação. Em primeiro lugar ignora-se o facto de que os espaços da Rede Natura, são genericamente áreas desertificadas do ponto de vista humano e de actividades económicas. As actividades económicas existentes, são como já se referiu, basicamente assentes numa agricultura tradicional, em completo declínio e sustentada por populações envelhecidas. É a agricultura de subsistência, até que a morte leve a agricultor.-----

Sustentar assim o desenvolvimento económico destas áreas com base nas actividades tradicionais só pode ser entendido como um exercício de poesia. Acreditar que jovens se pretendam fixar nestes espaços e viver das oportunidades e benefícios que a Rede Natura dois mil pode oferecer é um exercício de masoquismo para quem se propõe investir em tal aventura.-----

Só se pode entender que essa filosofia de desenvolvimento é importante, para um universo bastante restrito da população e que nunca terá um peso económico significativo no desenvolvimento local.-----

Esse modelo de desenvolvimento só poderá ter sucesso se associado a uma forte valorização, protecção e financiamento dos recursos naturais, patrimoniais, actividades económicas locais tradicionais e actividades económicas alternativas, e isso não transparece das medidas de financiamento propostas para a Rede Natura 2000. Muito menos transparece quando a Comissão não subscreve um modelo de financiamento autónomo para a Rede Natura dois mil, mas sim a sua diluição em outros instrumentos de financiamento. Vai ser o subsídio para as vacas, para as ovelhas, etc., sem que haja uma coerência própria, com objectivos claros e metas definidas. Na prática deixa-se à consideração do Estado membro a inventariação das necessidades de financiamento e pela experiência que temos tido até agora, o

Estado português não se tem preocupado minimamente com o desenvolvimento económico das Áreas Protegidas e da Rede Natura dois mil.-----
Pelo contrário, a aposta tem sido a da manutenção da pobreza como elemento valorizador dos espaços naturais, pretendendo ressuscitar o mito do “bom selvagem”, ao bom estilo de Michel de Montaigne ou Jean Jaques Rousseau e associá-lo ao residente local.-----

É obvio que a valorização dos recursos naturais e das actividades locais pode constituir uma fatia a considerar no panorama do desenvolvimento local, mas nunca com os métodos e políticas que têm sido seguidas até agora. Como se pode incentivar os produtos locais, se por exemplo, no caso de Aljezur, o processo de certificação de um produto local (a batata doce de Aljezur) arrastou-se por cerca de 6 anos nos corredores do Ministério da Agricultura? Como se pode incentivar o turismo de natureza se a matéria legislativa que regula esta actividade é complexa e de tal modo burocratizada que afasta os interessados? Como se pode valorizar a carne bovina criada em regime extensivo, se se encerraram os matadouros locais e o matadouro mais próximo de Aljezur se situa a mais de cem quilómetros? Como se pode valorizar os recursos naturais se esses são espaços totalmente abandonados de investimento na conservação e palco ideal para as corridas de motos e veículos todo o terreno? Como se podem valorizar os recursos marinhos se a nossa costa é devastada pela pesca ilegal de arrasto até junto das praias? Como se pode valorizar os recursos da fauna e da flora, se o regime da Rede Natura dois mil permite a destruição de todo o coberto vegetal para acções de florestação com espécies alheias à flora local? Como se pode estabelecer uma política coerente de desenvolvimento local e de conservação da biodiversidade se o organismo nacional que gere as Áreas Protegidas e a Rede Natura dois mil, o Instituto da Conservação da Natureza, não tem recursos financeiros que lhe permitam sustentar as mais elementares necessidades de funcionamento. Que credibilidade sentem as populações junto desse Instituto que não tem dinheiro para pagar telefones ou combustíveis e que, tendo cada vez mais competências, tem cada vez menos técnicos? Como se pode incentivar o turismo se as restrições no âmbito do ordenamento do território são tão grandes que afastam qualquer investidor? Como se pode preservar a paisagem rural e manter métodos tradicionais da relação humana com o território, se a política agrícola tem contribuído para o abandono da agricultura e a desertificação dos campos? Como se pode acreditar na valorização da agricultura tradicional quando os seus produtos são vendidos no mercado em pé de igualdade (aos mesmos preços) com os produzidos na agricultura intensiva e por agricultores que recebem milhões em subsídios ao investimento?-----

O financiamento da Rede Natura dois mil não se pode assim resumir apenas à determinação de um valor de financiamento. A aplicação de recursos financeiros tem de ter um objectivo definido e um resultado previsível quantificado e para definir um objectivo é necessário conhecer determinados factores que não foram equacionados, tais como os que atrás se referiram.-----

Os esforços da Rede Natura dois mil têm como fim reduzir a perda da biodiversidade, mas jamais poderá ter sucesso se não for acompanhada de um levantamento exaustivo das necessidades de desenvolvimento económico dessas áreas e da programação do apoio às populações locais e às suas actividades. Os benefícios da conservação da biodiversidade são extensivos a toda a União Europeia, mas não podem ser conseguidos à custa da limitação e restrições ao uso do território, penalizando populações que, como já se referiu, sempre foram excluídas das opções de investimento do Estado.-----

É perfeitamente antidemocrático penalizar uma faixa da população em benefício da

maioria, sem que os penalizados sejam compensados, ainda mais quando foram as populações das áreas da Rede Natura que contribuíram para o estado favorável de conservação existente.-----

Acresce ainda que a repartição dos habitats e espécies e sua abrangência no território, provoca níveis de restrições muito diferentes de sítio para sítio. Note-se que no caso de Aljezur, cerca de oitenta por cento do território é abrangido pela Rede Natura, sobrepondo-se ainda o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a RAN e a REN e nele se incluindo todas as áreas de maior actividade económica e residencial.-----

Neste sentido não podem as medidas de financiamento ou de incentivo às actividades económicas, ignorar este aspecto ou diluir-se em diversos programas de financiamento.-----

Nestes termos, não obstante o Plano Sectorial criar zonas de protecção mal fundamentadas (como é reconhecido no documento), correndo o risco de tentar proteger algo que não existe ou que nunca existiu e sendo um documento tecnicamente muito pouco rigoroso, este município não pretende criar dificuldades a medidas de conservação desde que justificadas e ajustadas às legítimas expectativas de desenvolvimento local.-----

Contudo não podemos deixar de sublinhar que as limitações impostas pela Rede Natura dois mil, bem como por outros instrumentos de ordenamento do território vigentes, não atendem nem permitem atender às necessidades do presente, nem garantem às gerações futuras a possibilidade de atenderem às suas próprias necessidades, num quadro de desenvolvimento sustentável. Acima de tudo penaliza os mais pobres!-----

Há efectivamente valores a proteger em Aljezur mas não se pode querer proteger tudo, sob pena de não se proteger o que efectivamente é essencial.-----

Assim e para que o Plano Sectorial da Rede Natura dois mil possa atingir os objectivos de conservação e de valorização económica e social local, o Município de Aljezur, numa atitude construtiva, sustenta que devem ser desenvolvidas de imediato as seguintes acções de compromisso por parte da administração do Estado, sem as quais negaremos o que nos é proposto:-----

A) FAZER UM LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA (SUAS DEBILIDADES E POTENCIALIDADES) DOS TERRITÓRIOS ABRANGIDOS PELOS SÍTIOS DA REDE NATURA, ÁREAS PROTEGIDAS E OUTRAS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO;-----

B) FAZER UM LEVANTAMENTO DAS CARÊNCIAS DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS NECESSÁRIAS ÀS POPULAÇÕES LOCAIS, DE FORMA A QUE LHEJAS SEJAM GARANTIDAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE OPORTUNIDADES, EQUIPARADAS ÀS ÁREAS MAIS DESENVOLVIDAS;-----

C) FAZER UM ESTUDO DO IMPACTE SOCIAL E ECONÓMICO QUE AS MEDIDAS RESTRITIVAS AO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, RESULTANTES DA REDE NATURA 2000, ÁREAS PROTEGIDAS E OUTRAS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS, TÊM SOBRE O TERRITÓRIO, SUAS POPULAÇÕES E ACTIVIDADES;-----

D) DEMARCAR COM RIGOROSO CONTEÚDO TÉCNICO E CIENTÍFICO AS ÁREAS NECESSÁRIAS À CONSERVAÇÃO DOS HABITATS E DA BIODIVERSIDADE, PRODUZINDO INFORMAÇÃO DE FÁCIL CONSULTA PELAS POPULAÇÕES E AUTORIDADES LOCAIS, DADO QUE NO PRÓPRIO PLANO SECTORIAL SÃO REFERIDAS DIVERSAS CARÊNCIAS DE INFORMAÇÃO, O QUE DESCREDEBILIZA O DOCUMENTO E O SEU RIGOR TÉCNICO E CIENTÍFICO, NÃO SENDO ESTE FACTO COMPREENSÍVEL UMA VEZ QUE A REDE NATURA FOI DEMARCADA HÁ QUASE UMA DÉCADA, TEMPO SUFICIENTE PARA O ICN TER FEITO ESTUDOS RIGOROSOS;-----

- E) ALTERAR OS PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COM DEMARCAÇÃO DAS ÁREAS ESSENCIAIS À CONSERVAÇÃO DOS HABITATS E DA BIODIVERSIDADE E CRIANDO CONDIÇÕES, NOUTROS ESPAÇOS A DELIMITAR, PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS GERADORAS DE EMPREGO E RIQUEZA;-----
- F) DISCRIMINAR POSITIVAMENTE OS MUNICÍPIOS FORTEMENTE ABRANGIDOS PELA REDE NATURA DOIS MIL, ÁREAS PROTEGIDAS, OUTRAS ÁREAS CLASSIFICADAS E OUTRAS RESTRIÇÕES AO USO DO TERRITÓRIO, FACULTANDO OS ADEQUADOS RECURSOS DE FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO E DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS, TENDO PRESENTE QUE ESTES MUNICÍPIOS NÃO POSSUEM RECEITAS PRÓPRIAS RELEVANTES, DANDO ASSIM EFECTIVO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO DE CONSELHOS DE MINISTROS NÚMERO CENTO E DOIS BARRA NOVENTA E CINCO, DE OITO DE JULHO E AO PREVISTO NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;-----
- G) IDENTIFICAR AS ÁREAS IMPRESCINDÍVEIS À CONSERVAÇÃO DOS HABITATS E DA BIODIVERSIDADE E ORÇAMENTAR OS VALORES NECESSÁRIOS À SUA AQUISIÇÃO PELO ESTADO;-----
- H) IDENTIFICAR A DIMINUIÇÃO DE VALOR E DE RENTABILIDADE DO USO DAS PROPRIEDADES PRIVADAS, RESULTANTES DAS MEDIDAS RESTRITIVAS E COMPENSAR OS PROPRIETÁRIOS;-----
- I) FACULTAR APOIOS CONCRETOS AO DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS ALTERNATIVAS, PRODUTIVAS, GERADORAS DE EMPREGO E RIQUEZA, FORTALECENDO O TECIDO ECONÓMICO LOCAL;-----
- J) DOTAR O INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO DAS SUAS COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA;-----
- K) CRIAR EFECTIVAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ECONÓMICOS E PRODUTOS LOCAIS, ATENDENDO ÀS SUAS ESPECIFICIDADES E SUA IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA LOCAL;-----
- L) PROMOVER A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA AS ÁREAS DA REDE NATURA DOIS MIL, ÁREAS PROTEGIDAS E DEMAIS ÁREAS CLASSIFICADAS, ABRANGENDO TERRITÓRIOS GEOGRÁFICA E SOCIALMENTE ASSOCIADOS; FINANCIAR AS ACTIVIDADES E ACÇÕES ATRÁS DESCRITAS ATRAVÉS DE UM PROGRAMA ESPECÍFICO PARA A REDE NATURA DOIS MIL.-----
- M) IMPLEMENTAR URGENTEMENTE UM PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO LITORAL, PROTEGENDO OS VALORES NATURAIS E CRIANDO CONDIÇÕES PARA O SEU APROVEITAMENTO ECONÓMICO;-----
- N) O ESTADO PORTUGUÊS DEVE FACULTAR ÀS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E AUTORIDADES LOCAIS INTERESSADAS, PARA APRECIAÇÃO, QUAIS AS SUAS PROPOSTAS A ENVIAR À COMISSÃO EUROPEIA RELATIVAS À PROBLEMÁTICA DE FINANCIAMENTO DA REDE NATURA DOIS MIL, TENDO PRESENTE AS QUESTÕES DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DO APOIO SOCIAL PARA AS ÁREAS ABRANGIDAS;-----
- O) ELIMINAR DO PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA DOIS MIL A APLICAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES DE GESTÃO AOS ESPAÇOS URBANOS E URBANIZÁVEIS DEFINIDOS NOS PDM,S;-----
- P) O PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000 NÃO DEVE CONSTITUIR OBSTÁCULO À EXPANSÃO DA ÁREAS URBANAS, MUITO MENOS QUANDO SE BASEIA EM INFORMAÇÃO POUCO CREDÍVEL;-----
- Q) O PLANO SECTORIAL DEVE PERMITIR A LOCALIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NAS ÁREAS DA REDE NATURA, DE FORMA A

QUE O TURISMO SE POSSA DESENVOLVER COMO CONTRIBUTO PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E NÃO SERÃO MIL OU DOIS MIL HECTARES QUE ESSES NÚCLEOS PODERÃO OCUPAR QUE IRÃO PÔR EM CAUSA A CONSERVAÇÃO DE UMA REDE TÃO EXTENSA. SOBRARÃO AINDA TRINTA MIL HECTARES DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR!-----

R) O PLANO SECTORIAL NÃO PODERÁ IMPOR CONDICIONAMENTOS À AGRICULTURA DE REGADIO NO PERÍMETRO DE REGA DO MIRA;-----

S) O REGIME LEGAL VIGENTE QUANTO À EXIGÊNCIA DE ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL É JÁ SUFICIENTEMENTE EXIGENTE QUANTO ÀS ACÇÕES A DESENVOLVER EM ÁREAS CLASSIFICADAS, PELO QUE NÃO DEVE O PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA VIR AGRAVAR O DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS COM MAIS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS.-----

É o que se nos oferece sobre o assunto, sublinhando mais uma vez que a implementação da Rede Natura dois mil não pode ser dissociado do atrás exposto, sob pena de se tornar um processo antidemocrático, contra as populações e autoridades locais.-----

Os territórios abrangidos pela Rede Natura dois mil, Áreas Protegidas e demais Áreas Classificadas, não podem ser tratados como territórios à parte e sem um programa de acção dinamizador das actividades locais (que não seja sinónimo da manutenção da pobreza), de apoio social e de conservação da natureza.-----

Só assim se pode falar de desenvolvimento sustentável.”-----

Posto à votação, foi assunto aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO CINCO

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA

CÂMARA: – O Senhor Vítor Vicente perguntou sobre o que não está na informação ou seja a distribuição dos pelouros da equipa do executivo, é importante saber quais os responsáveis por cada área.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que se começou esta semana na distribuição de documentos em suporte digital aos membros da Câmara. Há muita informação disponível na Câmara no sítio da Câmara Municipal, mas a observação é aceite embora a Câmara Municipal envie sempre as actas das reuniões para a Assembleia.-----

Disse a título informativo que a Senhora Vereadora Fátima Neto tem o pelouro da Habitação, Saúde, Educação, Desporto e Acção Social; o Senhor Vereador Gonçalves tem o pelouro da Cultura, Obras Municipais, Água, Esgotos, Turismo, Actividades Económicas; o Senhor Vereador Amarelinho tem o pelouro dos Transportes, Património as Obras particulares e Loteamentos, o Senhor Presidente da Câmara tem a administração em geral.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente usou da palavra o Senhor José Vicente dizendo que é com alguma preocupação que vem falar sobre a estrada que liga o Sítio do Rio ao Sítio do Forno, que tanto quanto sabe vão querer fechá-la e isso é grave.-----

Usou igualmente da palavra a Senhora Rosa Cigarra que perguntou em relação a urbanização de Maria Vinagre que está a ser construída no limite dos terrenos rústicos vizinhos e colocando a duvida se é legal ou se deveria deixar um certo espaço uma vez que a lei não é elucidativa nesse sentido.-----

Depois relativamente as obras da estrada pergunta qual o andamento dos trabalhos, e para finalizar pergunta sobre a sinalização das estradas, visto não ter estado presente desde o início da reunião.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que não tinha de responder às intervenções do público, mas por uma questão de cordialidade ia fazê-lo.-----

Referiu que os projectos que a Câmara Municipal vai desenvolvendo não são

apresentados de um dia para o outro, muitos deles são amadurecidos, são trabalhados, são discutidos com as pessoas, com os outros órgãos autárquicos, são esses órgãos e a população que representam a vontade do Município e aquilo que se faz não é a intervenção de uma pessoa que representa a vontade das outras.-----

Sobre o projecto do Pontal da Carrapateira que disse que o interveniente não tem a culpa, não conhece minimamente o assunto acerca de fechar ou não o Pontal da Carrapateira, nem todo o projecto que roda a volta do assunto, mas naturalmente que a Câmara irá discuti-lo com a população da Carrapateira sobre as vantagens e os benefícios que pode trazer, agora afirmar que está tudo revoltado com algo que ainda não existe, a câmara não desenvolveria e aplicaria essa situação sem falar com as pessoas.-----

Em relação ao afastamento dos limites do terreno, isso resulta do código civil que não se pode construir na extrema no caso de serem abertas portas ou janelas. A obrigatoriedade ou não de manter afastamento entre construções em loteamentos resulta apenas do regulamento do próprio loteamento ou eventualmente do regulamento do Plano Director Municipal se tiver alguns condicionantes relativamente a essa matéria, portanto, nas zonas urbanas onde se constrói é no extremos dos prédios, desde que não vá contra algum regulamento.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas quarenta minutos do dia vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e seis, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

O Presidente

O Primeiro-Secretário
